

## Sociedade Civil e o ideário da “concertação social” no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) dos governos Lula da Silva

ANDRÉ PEREIRA GUIOT\*

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado por meio da medida provisória nº 103, em 1º janeiro de 2003, por ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei nº 10.683 de 28 de maio do mesmo ano, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), órgão de consulta diretamente vinculado à Presidência da República.<sup>1</sup>

O CDES foi inicialmente formado por 10 ministros de Estado e 82 cidadãos brasileiros com respectivos suplentes, “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução.”<sup>2</sup> Logo em seguida foi ampliado para 12 ministros<sup>3</sup> e 90 representantes da sociedade.<sup>4</sup>

Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

*Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à **articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados**. (DOU, 01/01/2003 – grifos nossos).*

Dentre os elementos importantes trazidos nesse artigo, devemos realçar ao menos dois: a) a presença das associações da sociedade civil no âmbito do Conselho; b)

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista pela CAPES.

<sup>1</sup> Conforme Capítulo I, Seção I (Da Estrutura), art. 1º, §1º, Inciso II da Lei 10683/03.

<sup>2</sup> Redação dada pela MP 103 de 1º de janeiro de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV.

<sup>3</sup> Atualmente o CDES é composto por 17 ministros de Estado, conforme a lei 10.683 e suas alterações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 12/09/2010.

<sup>4</sup> A referida ampliação foi dada pela conversão da MP 103/03 na lei 10683 de 28 de maio de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV.

a apresentação do Conselho como espaço de articulações, negociações e acordos entre os setores da “sociedade civil” organizada com vistas à formação de um “novo contrato social” no Brasil.

### **A Sociedade Civil no CDES**

Já é bem conhecida entre nós a utilização indistinta do conceito de sociedade civil como “tudo aquilo que não é Estado e nem mercado” por parte de intelectuais de diferentes matrizes. A identificação da sociedade civil com o “Terceiro Setor” robustece a metamorfose desse espaço como algo desprovido de lutas e contradições: ela é identificada como uma esfera harmônica, virtuosa, autônoma e distanciada do arbítrio estatal.

Nesses parâmetros, a sociedade civil torna-se o terreno do “associativismo” e da “solidariedade”, indutora de reformas “democratizantes” (embebidas pelo ideário neoliberal) no âmbito da vida social, formuladora e executora, a partir dos anos 90, do atendimento segmentado e precarizado dos serviços sociais básicos às classes subalternas. Co-partícipe da supressão dos direitos sociais, bem como da desresponsabilização do Estado, principalmente no enfrentamento da “questão social”, à sociedade civil lhe vem sendo atribuída um sentido angelical, colaborador e mesmo protagonista de profundos processos de mudanças.

As atuais análises acerca da participação das associações da sociedade civil no Conselho não fogem a este paradigma. Afirma-se, sobretudo, que a “novidade” inaugurada pelo governo Lula da Silva, a partir do CDES, foi “a ampla representação de diferentes segmentos da sociedade brasileira” tendo em vista a “velha tradição política do corporativismo estatal” (TÁPIA, 2005). O CDES é apresentado como uma “nova arena pública” que reúne interesses privados numa “experiência de explicitação de conflitos, discussão e diálogo sobre os caminhos para a diminuição da desigualdade” (COSTA, 2008: 3). O caráter inovador atribuído ao CDES se aguçaria, segundo Ribeiro (2010: 6), mediante a ampliação da discussão sobre questões afeitas à área econômica “tradicionalmente alheia à abertura dos processos de decisão”.

Nesta mesma linha de raciocínio, Fleury compreende a criação do CDES como uma “inovação social” na medida em que “amplia a esfera pública”, ao introduzir numa mesma arena de discussão atores sociais que não interatuam em outras situações. Para a

autora, diferentemente dos Conselhos setoriais e de experiências de gestão local, o CDES, “pela primeira vez na história brasileira”, representa a

*[...] existência de um órgão consultivo nacional, com a missão de discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Sua composição é também original, já que difere do formato marcadamente corporativo dos Conselhos europeus, em correspondência com o tecido e estrutura social existentes no Brasil.* (FLEURY, 2005: 30)

Não nos parece que o novo bloco dirigente se distancie dessas concepções. O chamamento à participação da sociedade civil no CDES é visto como algo “civilizador” das instâncias estatais. Nas palavras de Tarso Genro,

*Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado **pressionando democraticamente o Estado e o governo.*** (GENRO, 2003a: 101 - grifos nossos)

Uma discussão também muito frequente entre os autores trata da forte presença do empresariado no CDES, situação que, desde sua fundação, foi alvo de muitas polêmicas e insatisfações dentro do próprio fórum. Segundo eles, o governo, através dos Secretários-Executivos do Conselho, sempre tentou amenizar a gritante desproporcionalidade no seu interior com explicações intrigantes e pouco convincentes. Em resumo, a composição do Conselho traz uma heterogeneidade que aparenta buscar a representação dos diversos setores da sociedade civil: segundo alguns analistas, são lideranças recrutadas por suas experiências nos temas agendados para a “concertação”, com função dirigente em suas organizações sociais.

A tabela abaixo, produzida por Kowarick (2003) traz dados referentes à formação do CDES em 2003, não havendo, até então, grandes alterações na proporcionalidade das esferas representativas.

Distribuição dos Conselheiros por Esfera de Atuação no CDES<sup>5</sup>

Esfera	Quantidade	%
Empresarial	45	0,50
Social	18	0,20
Trabalho	13	0,14
Personalidades	14	0,16
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>1,00</b>

Cabe aqui destacar que nos alinhamos àqueles que vêm no Conselho um canal privilegiado das demandas das diversas frações da classe dominante no Brasil, qual seja, a grande burguesia interna industrial, financeira, agrária e de serviços no interior do bloco no poder. Segundo Edmundo Fernandes Dias,

*A composição do Conselho do Pacto é decisiva para a caracterização da natureza do Governo. Nele, os empresários têm um peso decisivo sendo mesmo mais da metade: 5 representantes do setor agropecuário, sete do setor financeiro (inclusive representantes de bancos internacionais como o Santander e o City Bank), 23 da indústria, 2 do comércio, 4 nomes do setor de serviços, 10 “personalidades notáveis” – denominação genérica que envolve outros empresários (como Milu Vilela/Banco Itaú), o governo terá 10 ministros, 13 sindicalistas, 2 da cultura, 3 de entidades de classe, 11 representantes de movimentos sociais (aqui entra Viviane Senna, o que mostra que as ONGs, além de serem confundidas com a Sociedade Civil, também o são com os Movimentos Sociais) e 2 religiosos. (DIAS, 2003: 152)*

Desta maneira, devemos analisar o CDES retirando de nosso horizonte a premissa, como nos alude vários autores, de que há uma sociedade civil “genérica”, “participativa” e “dialógica” em seu interior, portadores de interesses “democráticos”, “cosmopolitas” e, no limite, “bem-intencionados”. O “culto” a essa sociedade civil só é possível porque tais análises a apresenta como descurada de qualquer conteúdo de classe, ou melhor, como apta a assumir *o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais* na construção do “bem comum” e, portanto, como ausente de opressão e dominação.

Lançando mão da matriz teórica de Antônio Gramsci, concebida enquanto mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política, a sociedade civil resgata o vínculo desta esfera com os interesses e projetos de classe em disputa. A sociedade civil

<sup>5</sup> A esfera social corresponde a entidades religiosas, de gênero e raça, culturais, de profissionais não diretamente ligados às reivindicações do trabalho, aos movimento sociais ligados a questões da terra, associação de pesquisadores e estudantes etc.. A esfera do trabalho corresponde, basicamente, aos sindicatos e a centrais enquanto as 14 personalidades são majoritariamente professores universitários. Vale mencionar que dos 45 representantes da esfera empresarial, 25 são das indústrias, 13 do setor de serviços, onde se destaca 5 grandes bancos, 3 dos quais estrangeiros, 5 da agricultura, além de 2 ONGs empresariais (KOWARICK, 2003: 10).

é o espaço no qual os interesses das classes e frações de classe organizam-se e articulam-se politicamente com vistas à construção, manutenção e aperfeiçoamento da hegemonia. Ela é constituída por associações, clubes, partidos, revistas e jornais, entidades das mais diversas – aparelhos privados de hegemonia - que buscam organizar as frações de classe de que fazem parte, disseminar visões de mundo adequadas à formação de subjetividades coletivas (hegemonia) - irradiando formas de dominação com vistas a assegurar a adesão dos setores subalternos – e se articularem no e pelo Estado restrito, através de seus agentes e práticas.

Nesse prisma, é na sociedade civil que as classes disputam, conquistam e mantêm a hegemonia e a legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos, ultrapassando os limites concebidos pelos projetos de governo, ou melhor, “sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes [...]” (FONTES, 2010: 138). Em Gramsci, os organismos da sociedade civil se esforçam em espraiar, através de seus intelectuais orgânicos e sua organização presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social.

*Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, v.2, 2004: 20-21)*

Nesse sentido, a sociedade civil, em Gramsci, não só não se opõe ao Estado (a sociedade política) como é parte constitutiva dele. Devido à dialética do pensamento de Gramsci, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade, pano de fundo à formulação do “Estado integral”: conjunto formado pela sociedade civil e política, cuja distinção é apenas metódica, com fins meramente analíticos. Como afirma Liguori,

*Na verdade, [para Gramsci] a relação é dialética, indicando uma referência e uma influência recíprocas entre as duas esferas. Na verdade, em todos os casos, [...] Estado “propriamente dito” e “sociedade civil” são dois momentos distintos, não se identificam, mas estão em relação dialética, constituindo, em conjunto, o “Estado ampliado”. (LIGUORI, 2003: 183)*

Estudar o CDES, a partir do referencial gramsciano, implica em desvendar os projetos de hegemonia presentes no seu interior, através do mapeamento dos aparelhos privados de hegemonia a ele conectados. Para tanto, devemos buscar nas associações

burguesas da sociedade civil a formulação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Em uma frase: trata-se de pesquisar o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia ligados às frações burguesas da classe dominante brasileira que atuam e carregam para o interior do CDES seus projetos de hegemonia.

Não foi outra a abordagem teórico-metodológica trazida pelo estudo de Martins (2009). Em acurada pesquisa, o autor alerta que a proposta de criação do CDES foi resultado da incorporação de estratégias presentes no *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, associação da sociedade civil empresarial coligada ao Partido dos Trabalhadores. Seu estudo mostra que o Instituto foi protagonista da criação e difusão da proposta intitulada “Fórum Empresarial de Apoio ao Município”. Na cidade de São Paulo, esta experiência foi realizada no governo Marta Suplicy (2001-2004) intitulado “Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo”<sup>6</sup>, ainda em atuação.

*Em 2002, a Prefeita Marta Suplicy inaugurou, pioneiramente, o Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo. Inspirado na proposta do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, o Fórum Empresarial constitui-se como um espaço de diálogo capaz de promover a articulação entre os setores público e privado. [...] Os trabalhos para implantação do Fórum Empresarial de São Paulo foram desenvolvidos pelo Conselho de Empresários, formado pela Prefeita nos primeiros meses de seu mandato, em 2001. (INSTITUTO ETHOS, 2005: 25 apud MARTINS, 2009: 242)*

O autor deixa claro que a criação do Conselho de Empresários e, de forma mais ampla, do Fórum no governo petista serviu para assegurar a influência empresarial na definição de políticas públicas, por novos canais. Além disso, segue o autor, “serviu também para legitimar o papel da classe empresarial como dirigente, reforçar a tese de que essa classe muito teria a ensinar sobre política e civismo aos trabalhadores [...]” (MARTINS, 2009: 243). Vale lembrar que o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, faz parte de um restrito grupo de empresários ligados há anos ao PT tendo exercido, inclusive, o cargo de assessor especial da Presidência da República nos

---

<sup>6</sup> Dentre as empresas participantes deste Fórum, destacamos: Accenture, AES Brasil, Banco Santander, Carrefour, Fundação Itaú Social, Goodyear, IBM, Instituto Unibanco, Itaú Unibanco, Klabin, Laboratórios Pfizer, Marketing Lab, Metanóia Planeta Sustentável, Movimento Nossa São Paulo, Natura, Observatório de Sinais, Odebrecht, Serasa Experian, Yazigi Internexus. Constam no Conselho de Entidade Empresariais do Fórum: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional (ABRALIMP), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Disponível em <http://www.forumempresarialsp.org.br>. Acesso em 11/09/2010.

primeiros onze meses do governo Lula da Silva. É conhecida sua participação e influência em vários fóruns, movimentos e associações como intelectual orgânico fortemente engajado na organização da classe empresarial (FIESP, CIESP, PNBE, Cives, ABRINQ, Global Compact), além de atuar como conselheiro do CDES *desde sua criação*.

A relação do Fórum Empresarial implantado no governo Marta Suplicy e idealizado pelo Instituto Ethos possui íntimas relações com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no âmbito municipal:

*A criação de um Fórum de Apoio ao Município abre um amplo leque de possibilidade de parcerias entre o poder público e o empresariado local. Uma dessas alternativas é a constituição de uma instância que se caracterize como um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que participem não só os empresários, mas outros segmentos sociais importantes para economia do município. (INSTITUTO ETHOS, 2005: 8 apud MARTINS, 2009: 244)*

As pistas deixadas por Martins tornam-se importantíssimas para entender a composição do CDES - e aqui se encontra o teor da apregoada “novidade” da criação do Conselho – como uma arena no interior do aparelho estatal receptiva à penetração da sociedade civil de cunho empresarial cuja co-autoria e fomento residem em seus atuais articuladores, quais sejam: “novos administradores e ‘analistas simbólicos’ oriundos das ‘capas superiores’ do movimento sindical, absorvidos para o círculo restrito dos altos funcionários do capital” (COELHO, 2005: 461).

Munidos do arcabouço teórico gramsciano, temos clareza de que **é na sociedade civil**, na “trama privada” do Estado, onde devemos buscar os projetos em disputa, ou seja, é nela onde se forjam os projetos de hegemonia. Como os projetos que se pretendem hegemônicos só amadurecem na medida em que são capazes de “tornar-se Estado”, devemos estudar as políticas públicas estatais como derivadas da relação entre sociedade política e a sociedade civil, ou seja, através das redes de agentes e/ou agências da sociedade civil organizada que se fazem presentes e atuantes, de forma tensa, junto a organismos da sociedade política, imprimindo neles seus interesses peculiares.

Entendemos, desta maneira, que a inovação trazida pelo atual bloco no poder é justamente o de realizar um movimento de agregação das forças burguesas tradicionais com outras que, reproduzindo os preceitos programáticos da Terceira Via, passaram a transitar sob sua órbita como co-autores de um mesmo projeto hegemônico: o PT e a

CUT. As atuais estratégias alinhadas ao programa neoliberal de terceira via<sup>7</sup> no Brasil estão disseminadas, nos governos Lula da Silva (2003-2010), na sociedade política (órgãos, aparelhos e agências estatais). Tendo em vista o caráter transformista do Partido dos Trabalhadores e de seu braço sindical – a CUT - (COELHO, 2005), as políticas implementadas pelo bloco no poder não desafiaram a programática neoliberal dos governos FHC mas, ao contrário, apontaram para sua ampliação e refinamento.

Assim, é interessante perceber o quanto as formulações ideológicas do bloco dirigente petista se aproximam muito com as que guiaram o programa neoliberal de terceira via do PSDB.<sup>8</sup> Tomado aqui somente como um dos muitos exemplos que poderiam ser citados, vejamos o capítulo V da proposta de governo do PSDB “Mãos à obra Brasil”, de 1994, intitulado “A parceria Estado-Sociedade” :

*[...] é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, **definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade.** Caberá, em primeiro lugar, **criar novos canais de participação e de controle público**, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a **multiplicação de espaços de negociação de conflitos**, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de **parceria** [...] entre o Estado e a sociedade [...]. (CARDOSO, 1994: 208-209, grifos nossos)*

O levantamento preliminar de documentos acerca do CDES nos autoriza a trabalhar com a hipótese de que há uma *continuidade ampliada* na construção de uma nova sociabilidade burguesa entre os governos FHC e Lula da Silva, ou seja, pretende-se (re)criar novas relações entre Estado e sociedade civil no âmbito do capitalismo contemporâneo, recrudescendo novas formas de financiamento estatal, redefinindo as estratégias de obtenção do consenso nas sociedades burguesas, bem como aperfeiçoando as formas de extração da mais-valia relativa.

---

<sup>7</sup> O neoliberalismo de terceira via é uma expressão cunhada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional da Fiocruz para assinalar a diferenciação entre o neoliberalismo ortodoxo e sua redefinição pensada por Anthony Giddens. Kátia Lima e André Martins apontam, com bastante propriedade, que esse projeto político se apresenta numa perspectiva de “modernização política”, orientando o ajustamento dos cidadãos, do conjunto da sociedade civil e da aparelhagem estatal às demandas e necessidades do reordenamento do capitalismo (LIMA e MARTINS, 2005: 67).

<sup>8</sup> Uma detida e aprofundada análise do programa peessedebista está presente em GUIOT (2006).



Diante do quadro apresentado, trata-se também de perceber as estratégias utilizadas pelos governos Lula da Silva nas genuínas formas de obtenção de consenso nas sociedades capitalistas atuais através da fórmula “democratização ou radicalização da democracia” tal qual proposta pela Terceira Via ou social-liberalismo. A abertura de canais de participação das organizações da sociedade civil empresarial por um lado, e dos representantes sindicais transmutados em “novos funcionários” para o capital por outro, nas instâncias de articulação política e econômica abertas na aparelhagem de Estado, ultrapassa as tradicionais formas de representação corporativas de interesses. Dentro dos limites aceitos pela fração financeira da classe dominante, a abertura desses espaços voltados às discussões de políticas setoriais e/ou de apresentação de suas pautas reivindicativas tem como corolário a construção de um novo consenso burguês presente tanto na sociedade civil quanto na sociedade política: “o novo contrato social”.

### **O ideário da “concertação” no CDES**

O substrato político-ideológico que modela as novas formas de hegemonia burguesa no Brasil, operadas no âmbito do CDES, encontra na proposta de “concertação” ou “pacto social” sua maior expressão. A estratégia apresentada pelo novo bloco dirigente despende esforços no sentido de convencer amplos setores dos mais variados estratos sociais de que, se é factível a presença de interesses contrários em disputa, deve-se procurar meios que garanta um *consenso mínimo* em torno de algumas questões nodais que assolam o país. É através do “diálogo”, da “negociação” e da “pactuação”, que se buscam fórmulas consensuais com vistas a clarificar os caminhos que levariam o Brasil rumo ao “desenvolvimento com sustentabilidade”.

A arquitetura dessa nova sociabilidade burguesa estava esquadrihada antes mesmo da eleição de Lula da Silva à Presidência, no programa de governo de 2002, intitulado “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”:

*Nosso governo será marcado pelo **diálogo** permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer **pontes, acordos, entendimentos** com os quais todos possam ganhar. Quase sempre valeu por aqui a idéia de que poucos têm de ganhar e muitos têm de perder. (SILVA, 2002: 15 – grifos nossos).*

No Conselho, a formulação, articulação e implementação da ideia de conciliação de classes tem, como melhor porta-voz, a figura de seu primeiro Secretário-Executivo: Tarso Genro. Membro histórico do Partido dos Trabalhadores, ele faz referência à

necessidade de se criar “um *novo bloco social dirigente*, não excludente, que não pede atestado ideológico, nem político, nem partidário para ninguém, mas que informe uma coesão social que dê sustentabilidade ao processo de transição” do modelo econômico (GENRO, 2003a: 98). Afirma que a concertação implica uma cultura de diálogo (um novo tipo de soldagem ético-moral) e a construção de um bloco social e político majoritário que fariam transitar para um outro modelo “com previsibilidade e sem rupturas aventureiras”, do contrário “qualquer ruptura pode levar o governo e as classes trabalhadoras ao isolamento [...]” (Idem: 103-104). O conteúdo da proposta se expressa na noção de

*Concertação que significa, em primeiro lugar, identificar os temas estruturantes de um novo Contrato social e, ato contínuo, significa buscar posições pactuadas, que possam ser amplamente majoritárias e também hegemônicas na sociedade. Tudo para transitarmos, com o menor custo político e social possível, para uma sociedade com mais igualdade, inclusiva, com altas taxas de crescimento econômico e radicalmente democrática. (GENRO, 2003b – grifos nossos).*

Preocupado com o aumento do “grau de descoesão” no país, Genro diz ser necessária uma integração social interna “que é o processo de inclusão na sociedade formal dos excluídos” (GENRO, 2003a: 102). Ou seja, diante da fragmentação social e da diluição do público na época “pós-moderna”, tornar-se-ia preciso realizar o reordenamento democrático das sociedades “incorporando as tensões como método e regulação para um diálogo transformador, sem o qual a democracia sucumbirá” (GENRO, 2003b).

O CDES é apresentado por Genro como marco organizado capaz de forjar este novo contrato social. Ele é encarado como “um instrumento de ampliação política do governo para incluir neste diálogo vários setores empresariais”, pois os trabalhadores “estão muito bem representados pelo presidente da República neste novo contrato social” (GENRO, 2003a: 105). Segue afirmando que “existe uma grande movimentação política do empresariado e que nunca houve um diálogo tão organizado, tão franco e tão sincero com nenhum governo” (Idem). E conclui dizendo de forma bem clara: “é por dentro desta relação que vai se constituir uma aliança de classes no país e também um novo bloco dirigente – se nós *formos capazes de fazê-lo*” (Idem, grifos no original).

Conforme Genro, o modelo de desenvolvimento deve ser pensado a partir de um novo tipo de relação Estado-sociedade:

*O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um germen de uma nova forma de controle e de interação do Estado com a sociedade [...]. É uma estrutura não-estatal que dialoga com o Estado e com ele compõe relações: ou seja, cria elementos de radicalização do processo democrático, mas radicalização não no sentido da histeria, mas no de um aprofundamento da democracia que se faz de maneira pactuada. (GENRO, 2003a: 100-101)*

Dentro das expectativas do governo Lula da Silva, coadunadas pelos vários autores que estudamos, o Conselho é uma nova forma de participação democrática no Brasil. Trata-se, para eles, de uma experiência revolucionária destinada ao aprofundamento e aprimoramento das formas de gestão democrática inauguradas pelo poder público. Fortalece a democracia, a capacidade de diálogo, a interação entre setores “até então antagônicos”, a co-responsabilidade da sociedade, a “cidadania ativa” e age de forma pedagógica de maneira a indicar que, nas palavras finais do discurso de Lula da Silva, quando da instalação do CDES em 2003,

*[...] a busca de consensos contribui para a sociedade avançar, **criando condições para que os empreendedores invistam com segurança e tranquilidade** e os assalariados possam ter uma remuneração justa, com os seus direitos sociais e trabalhistas respeitados. (CDES, 2003 - grifos nossos)*

Um outro documento, escrito por Ladislau Dowbor, em julho de 2010, cuja sistematização reflete o conjunto de visões recolhidas pelo CDES nos últimos cinco anos, dá destaque à necessidade das políticas públicas serem debatidas por diversos atores de forma a “assegurar maior agilidade, transparência e dimensão cidadã às decisões públicas”, valorizando a

*A **construção de consensos** e a compatibilização de interesses diferenciados que os conselhos permitem – bem como as conferências setoriais e outras formas de consulta – já deram provas de seu papel importante na construção de processos mais democráticos de governança. Construir consensos pode ser trabalhoso, mas depois as políticas funcionam. (DOWBOR, 2010: 15 – grifos nossos)*

As falas desses intelectuais orgânicos inseridos no novo bloco dirigente demonstram, de fato, a presença e a dimensão de um ideário que busca a conformação de uma nova sociabilidade burguesa no Brasil. Em entrevista dada a Revista Caros Amigos, o economista Márcio Pochman, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, diz estarmos no embrião de um “novo padrão de acumulação” – o social-desenvolvimentista. Para Pochman, é o padrão que

*sem expropriar os ricos, vai na verdade em um trabalho de convencimento, de diálogo. No meu modo de ver, há sinais para uma nova convergência política, aqueles segmentos que eram participes da macroeconomia financeira, a financeirização da riqueza, estão cedendo gradualmente para o investimento produtivo e variado. Os pobres estão vivendo melhor, mas os ricos também estão extremamente bem e não tem do que reclamar. E é compatível neste sistema você fazer esta mudança sem expropriação, sem radicalismo. Você faz esta negociação, uma frente que une os mais diferentes lados.* (POCHMAN, 2010a: 15 – grifos nossos)

Os espaços de onde fala e para quem fala são também significativos para a justa compreensão dos esforços despendidos em tornar tal visão de mundo em senso comum, perfeitamente ajustada aos interesses do capital. Sendo assim, é revelador a passagem de Pochman como defensor de se criar uma “maioria política para uma nova agenda civilizatória”, no XXI encontro do Fórum Nacional realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2009:

*Nos dias de hoje, uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma maioria política travestida pela **coalizão interclasses sociais**, capaz de compreender – no plano nacional – a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os segmentos extremamente miseráveis da população, em geral pouco incluídos pelas políticas sociais tradicionais.* (POCHMAN, 2010b: 173, In: VELLOSO e ALBUQUERQUE - grifos nossos)

De forma contrária, a nosso ver, a fórmula da “concertação” ou do “diálogo social” traz no seu bojo um projeto de hegemonia calcado na proposta de superação dos antagonismos de classe através de uma ação política que repolitiza e ressignifica o teor histórico das formas de participação e envolvimento político-ideológico das classes subalternas frente ao capital. Para tanto, atua pedagogicamente, educando o consenso, no sentido de preparar corações e mentes para um “novo envolvimento cívico” voltado ao “pacto” entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a ideia de que o capitalismo não só é intransponível, mas como também pode ser benéfico para todos, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anti-capitalista.

Nesse modelo, a hegemonia burguesa é assegurada pela difícil e instável tarefa de acionamento de mecanismos de conciliação entre as classes sociais, forjando uma sociabilidade peculiar, produzindo não somente subjetividades calcadas na adequação social e cívica dos trabalhadores, mas também atuando *preventivamente* na administração de conflitos sociais (FONTES, 2010: 291), em favor da “coesão social”, necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo.

## Referências bibliográficas:

BRASIL. (2003), **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. Agência Brasil. Disponível em <[www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **O funcionamento do CDES**. Disponível em <[www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)>.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **O CDES: a aprendizagem da pactuação**. 6º Encontro ABPC, Campinas, 2008. Disponível em <<http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos>>.

Diário Oficial da União (DOU), disponível em <<http://www.in.gov.br>>.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: Embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Brasil: um outro patamar – propostas de estratégia**. Julho de 2010. Disponível em <<http://dowbor.org/10agendabrasil.doc>>.

FLEURY, Sonia. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula**. Texto distribuído entre os conselheiros em agosto de 2005. In: Reflexões sobre o CDES. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/estudo/9628/reflexoes-sobre-o-cdes.html>>.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GENRO, Tarso. **Democratizar as relações entre governo e sociedade**. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). **Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

\_\_\_\_\_. (2003b), **As Premissas da Concertação**. Disponível em <<http://www.tarsogenro.com.br/>>.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIOT, André Pereira. **Um “Moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.

INSTITUTO ETHOS. **Empresas participantes do Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo**. Disponível em <<http://www.forumempresarialsp.org.br>>.

\_\_\_\_\_. **Fórum Empresarial de Apoio ao Município**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

KOWARICK, Luciano. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: Um Processo em Construção**, 2003. Disponível em <[www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)>.

LIGUORI, Guido. **Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade**. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Kátia Regina de Souza. e MARTINS, André Silva. **Pressupostos, princípios e estratégias**. In: NEVES, Lúcia M<sup>a</sup> W. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

POCHMAN, Márcio. **A desigualdade no Brasil é coisa de sociedade feudal**. Revista Caros Amigos, ano XIV, número 161, 2010a. Entrevista com Bárbara Mengardo [et al].

\_\_\_\_\_. **Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. (coord), **Na crise, oportunidade e esperança, desenvolvimento como sonho brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: INAE, 2010b.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Um Brasil para Todos**. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo 2002. Disponível em <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm>>.

RIBEIRO, Daniela Mesquita De Franco. **A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?**. 7º Encontro da ABCP, Recife, agosto de 2010. Disponível em <<http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos>>.

TÁPIA, Jorge Ruben Biton. **A construção do futuro: reflexões sobre o Conselho Econômico e Social**. Correio Brasiliense, 25 de agosto de 2005. Disponível em <[www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)>.